

Do livro de Maquiavel ao banco de dados de Manovich: a evolução das formas de hegemonia a partir dos suportes para a informação

Renata Lípia Lima | renata.lipia.lima@usp.br
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da
Comunicação da Universidade de São Paulo – USP.

resumo:

A pesquisa objetiva investigar, por intermédio do conceito teórico de “Príncipe”, as formas de organização da sociedade e a evolução nas formas de hegemonia. Os meios de comunicação aparecem como fios condutores desse processo. A partir disso, então, jogaremos luz sobre a batalha entre o banco de dados e as narrativas nas mídias modernas, visando entender como a linguagem e as variadas formas de leitura podem interferir diretamente na confrontação das ideias, na direção moral, intelectual e na orientação para as disputas concretas existentes na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: O Príncipe; Formas de Hegemonia; Informação; Transcodificação Cultural.

abstract

The research aims to investigate through the theoretical concept of the “Prince” the forms of organization of society and the evolution in the forms of hegemony. The media appears as the guiding threads of this process. From this, then, we will shed light on the battle between database and narratives in modern media, in order to understand how language and the various ways of reading can directly interfere in the confrontation of ideas, in the moral, intellectual and orientation towards the actual disputes in Society.

KEY WORDS: *The Prince; Forms of Hegemony; Information; Cultural transcoding.*

Introdução

O Príncipe foi escrito por Nicolau Maquiavel, em 1532, como um guia de instruções para o governante exercer a liderança, a hegemonia e a soberania. Em 1999, Octávio Ianni revisitou o postulado de Maquiavel e desenvolveu a formulação do *Príncipe Eletrônico*, com foco na sociedade midiaticizada pela comunicação de massa. Maíra Maia, em 2016, trouxe o *Príncipe Digital*, como uma variante do *Príncipe* de Ianni, iluminando a forma como, na era das redes digitais, estão estruturadas as categorias Poder, Hegemonia e Liderança, pilares de todos os modelos teóricos de príncipes existentes até então. A partir da perspectiva apontada por Maia, recorreremos a Lev Manovich e seu entendimento sobre a relação entre Banco de Dados e narrativas, para alcançarmos como essa conexão pode impactar nossa forma de compreensão e atuação no mundo nos dias de hoje.

Pretendemos, a partir da análise comparativa dessas obras, entender os fundamentos estruturantes e as hegemonias correlatas a cada sociedade mencionada, e os conceitos sociopolíticos que as sustentam. Ademais, tentar identificar qual forma (ou formas) de comunicação era utilizada por cada príncipe e de que maneira a leitura e a linguagem podem impactar na absorção da informação.

Perceber os elementos que compõem este embate, tendo em vista o novo e nebuloso território do mundo conectado em rede – *online*, confere ao Big Data fundamental importância na tentativa de interpretação das sociedades hipermodernas. A busca pela hegemonia, e a descoberta de seus meandros no território virtual, tornam a disputa ainda mais acirrada e obscura, uma vez que ainda estão sendo descobertos seus padrões – que por sua vez transformam-se de maneira muito veloz.

O que buscamos, assim, é compreender como a evolução nos meios comunicacionais propiciam diferentes formas de hegemonia. Perceber as nuances desse processo, como essas forças se posicionam, agem e, acima de tudo, como os meios de comunicação têm, neste sentido, um papel notável no esforço permanente de convencimento e formatação social é o propósito que pretendemos desenvolver.

O ambiente afeta a todos

O filósofo canadense Marshall McLuhan (1911-1980), no intuito de analisar e explicar os fenômenos dos meios de comunicação e o seu papel na sociedade, expôs em uma de suas principais obras, *Understanding Media: the extensions of man* (1964), a expressão “o meio é a mensagem” como metáfora para a sociedade contemporânea. Ele defendeu que “a mensagem é o próprio

¹McLUHAN, Marshall. Entrevista concedida a Monday Conference - ABCTV. Austrália, 26 jun. 1977. Disponível em www.youtube.com/watch?v=fvRMpS-aGLE. Acesso em 25 de agosto de 2019.

meio”, e a maneira pela qual o conteúdo é transmitido provoca mudanças comportamentais e sociais nos indivíduos (MCLUHAN, 1964: 21-38).

A grande inflexão nas proposições de McLuhan foi declarar que o meio fosse em si um elemento fundamental da comunicação. Não apenas o canal de passagem como um veículo transmissor, mas um suporte midiático que, independentemente do conteúdo, possuía suas próprias características e, por consequência, seus efeitos específicos. Dessa forma, uma eventual transformação do meio poderia ser mais determinante do que uma transformação no conteúdo, evidenciando que, mais importante do que a mensagem, seria o modo como estaria sendo transmitido o argumento (MOTA, 2017).

McLuhan questionou¹ a relativa obsessão que tínhamos com o conteúdo que, segundo ele, era resquício da já ultrapassada cultura letrada, e que se tornava necessário nos adequarmos à fase eletrônica, enfatizando a necessidade de centralizarmos nossas atenções no meio - que altera, modifica e influencia os modos de compreensão da mensagem. Ele categorizou a evolução das mídias em três fases (BOFF, 2013). A saber:

A - Fase oral: Toda comunicação era fundamentalmente feita pela fala (dita ou escutada), o que tornava o conhecimento restrito a algumas pessoas. No entanto, existiam capacidades de modulações infinitas e diversos sentidos eram explorados ao mesmo tempo, o que deu aos participantes desta cultura proximidade entre si e com as coisas.

B - Fase tipográfica: A cultura tipográfica ou visual, marcada pela prensa de Gutenberg, caracteriza as sociedades alfabetizadas e, pelo privilégio atribuído à escrita e conseqüentemente à leitura, traduziu-se na valorização do sentido da visão e possibilitaram à cultura e ao conhecimento serem registrados e passados adiante.

C - Fase eletrônica: O avanço significativo da tecnologia permitiu que, com maior facilidade, o acesso ao conhecimento se tornasse possível. A instantaneidade da comunicação e transmissão de mensagens impressionam por sua velocidade, e essa dinâmica afetou determinantemente nossa forma de relação com o tempo e uns com os outros.

Neste sentido, em Terry Eagleton (2011) encontramos o entendimento de que a cultura possui complexidade e ambivalência. Cultura e natureza confluem na formação do indivíduo dimensionado pelo intelecto, atividades abstratas e corpo. Esse processo possibilita a interação entre o que é construído a partir de nossas relações sociais e o que faz parte de nossa estrutura biológica:

² Antonio Gramsci foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística.

³ Jesús Martín-Barbero é semiólogo, antropólogo e filósofo colombiano, nascido na Espanha. Viveu na Colômbia até 1963.

Se cultura significa cultivo, um cuidar, que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz. É uma noção ‘realista’, no sentido epistemológico, já que implica a existência de uma natureza ou matéria-prima além de nós; mas tem também uma dimensão ‘construtivista’, já que essa matéria-prima precisa ser elaborada numa forma humanamente significativa. Assim, trata-se menos de uma questão de desconstruir a oposição entre cultura e natureza do que de reconhecer que o termo ‘cultura’ já é uma tal desconstrução. (EAGLETON, 2011, p. 11).

Refletir e ao mesmo tempo produzir um direcionamento ideológico da cultura recebeu em Pierre Bourdieu a contribuição do que o autor chama de poder simbólico, um poder de construção da realidade que tende a estabelecer um sentido imediato do mundo, isto é, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (BOURDIEU, 1989: 9). Ou seja, o que, em síntese, dá às produções simbólicas o caráter de verdadeiros instrumentos de dominação:

O sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através da interiorização da cultura por todos os membros da mesma. A violência simbólica expressa-se na imposição ‘legítima’ e dissimulada, com a interiorização de uma cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável. A violência simbólica pode ser exercida por diferentes instituições da sociedade: o estado, a mídia, a escola, etc. (L’APICCIRELLA, 2003)

Com base nessas asserções, prosseguimos na identificação conjectural de nossas estruturas sociais a fim de compreender o impacto socioeconômico e cultural que os processos comunicacionais promoveram em nosso cotidiano.

Hegemonia e o paradigma conjectural

Uma das principais contribuições de Antonio Gramsci² (1891-1937), no âmbito da teoria marxista, foi repensar as relações entre uma estrutura

determinante (modo de produção) e uma superestrutura determinada (instituições jurídicas e políticas, formas de consciência, práticas políticas e culturais). Sua proposta de análise cultural buscava revelar os mecanismos utilizados pelas classes dominantes mostrando como não é meramente o reflexo, mas a mediação das relações de produção que dão esteio a esse controle (GRAMSCI, 2000).

Sobre o conceito de hegemonia, podemos definir como o conjunto das funções de domínio e direção de poder exercido pela classe social dominante, no decurso de um período, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral (MOCHCOVITCH, 1992: 20-21).

O conceito de hegemonia cultural envolve sempre a relação entre o Estado, a sociedade civil, as formas materiais de produção e as estruturas ideológicas e jurídico-políticas. Comumente este conceito envolve uma reflexão sobre o papel dos intelectuais, a cultura de massa e a indústria cultural. O conceito também é utilizado para discutir sobre o papel da mídia nas sociedades contemporâneas, principalmente sobre o poder que exercem em produzir ideias e estilos de vida hegemônicos (MOCHCOVITCH, 1992: 22-24).

Intentamos, portanto, uma reflexão sobre a influência e o papel estrutural dessas indústrias e aparelhos nas formações culturais das classes populares e dos grupos minoritários. Nas palavras de Martín-Barbero³:

Abre-se assim ao debate um novo horizonte de problemas, no qual estão redefinidos os sentidos tanto da cultura quanto da política, e do qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo – os enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação – mas também qualitativo: na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isso é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor (MARTÍN-BARBERO, 1997: 287).

Dessa forma, entendemos que essa visão de mundo é influenciada pelo meio que a informação é apoiada e transmitida: “o texto é, em si, o resultado de uma opção cultural cuja significação é incalculável” (GINZBURG, 2014)

Ler significa decifrar. Ser um bom leitor, para McLuhan, (apud BOFF, 2013) significa ter a habilidade de, dentro de um determinado contexto, decifrar rapidamente uma série de significados que as palavras encadeadas possam sugerir.

É optar, entre uma série de possibilidades semânticas, por uma linha interpretativa e, assim, chegar às resoluções. Entendemos que se trata, sobretudo, de adquirir fluência em um conjunto de códigos e procedimentos que dá a este bom leitor domínio interpretativo e, portanto, melhores condições de tomada de decisão e esclarecimento sobre determinado âmbito sociocultural.

Avançamos em nosso propósito, buscando através do paradigma conjectural, identificar padrões desenvolvidos para controle social propiciados pelos suportes comunicacionais correlatos à cada época. Em uma estrutura social de complexidade crescente, como é o capitalismo, buscar o conhecimento sistemático é investigar a existência de uma conexão profunda que explica os fenômenos: “a realidade é opaca, mas há certos pontos, pistas e sintomas que nos permite decifrá-la” (GINZBURG, 2014).

O paradigma conjectural ou indiciário busca examinar os pormenores, elementos quase imperceptíveis e triviais, que revelem os indícios de problemas. Procura por sintomas que possam externar aspectos mais amplos e profundos de um determinado cenário:

(...) existe também aquilo que Edoardo Grendi chamou, sugestivamente, o ‘excepcional normal’. A esta expressão podemos atribuir pelo menos dois significados. Antes de mais nada, ela designa a documentação que só aparentemente é excepcional. [...] Mas, o ‘excepcional normal’ pode ter ainda outro significado. Se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. Os casos marginais, como notou Kuhn, põem em causa o velho paradigma, e por isso mesmo ajudam a fundar um novo, mais articulado e mais rico. Quer dizer, funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer. Partindo de experiências diversificadas e trabalhando em temas diversificados, os dois autores deste escrito são unânimes em reconhecer a importância decisiva daqueles traços, aquelas espias, aqueles erros que perturbam, desordenando-a, a superfície

da documentação. Para além dela é possível atingir aquele nível mais profundo, invisível, que é constituído pelas regras do jogo (...) (GINZBURG, 1991:176-177).

Neste sentido, disse o historiador Roger Chartier que todo leitor diante de uma obra recebe uma informação em uma circunstância e em formas específicas e, mesmo quando não tem consciência disso, o investimento afetivo ou intelectual que nela deposita está ligado a este objeto e a esta circunstância. Existe um processo que, por um lado, cria uma categoria abstrata de valor e validade transcendentais, e que, de outro, há múltiplas experiências que são diretamente ligadas à situação do leitor e ao objeto no qual o texto é lido (CHARTIER, 1988).

Não podemos classificar como sendo uma mesma experiência ler um artigo em um banco de dados, sem saber nada a respeito da revista na qual foi publicado, e ler o “mesmo” artigo no número da revista veiculada. O sentido que o leitor constrói, no segundo caso, depende de elementos que não estão presentes no próprio artigo, mas que dependem do conjunto de textos reunidos em um mesmo número e do projeto intelectual e editorial da revista ou do jornal (CHARTIER, 1988).

Assentados nessas premissas tencionamos analisar o conceito teórico do *Príncipe* pelo livro de Maquiavel, pela teoria do Professor Octávio Ianni e sua versão eletrônica, e pela inovação do conceito de Maíra Maia e seu entendimento em nossos dias atuais, vislumbrando identificar como as narrativas e seus suportes comunicacionais podem alicerçar uma correlata manifestação hegemônica como produto sócio-histórico, ou seja, como uma forma paradigmática de interpretação sociocultural.

O príncipe de Maquiavel

O livro escrito por Nicolau Maquiavel (1469-1527) é um tratado muito importante para a história política da era Moderna - datado de 1513, e publicado apenas em 1532, após a morte de Maquiavel, os escritos apontam a maneira que o autor acreditava ser a ideal na condução dos negócios do Estado, suas formas de estruturação e, fundamentalmente, os caminhos para se conquistar um principado e, sobretudo, mantê-lo (MAQUIAVEL, 1532).

A Itália dos séculos XIV a XVI foi uma região muito rica e de grande instabilidade política: o berço do Renascimento era também terra de muitos e constantes conflitos. Foi nesse contexto que fora escrito os tratados do autor, em busca da manutenção de um Estado glorioso, unido e coeso, que pudesse prover estabilidade aos intelectuais e artistas; um novo tipo de nobreza e refinamento a quem a Itália queria dar valor e poder, e, com a mesma intensidade, manter todo resto subalterno sob seu controle (MANIERI, 2015).

Existiam ainda outras conjunturas que corroboraram com esse cenário, como a formação dos Estados Nacionais, a emergência de uma nova economia mercantil e junto dela uma nova mentalidade que estava diretamente relacionada à tentativa de desenlace da Igreja Católica, que condenava o lucro e, por conseguinte, insuflou a Reforma Protestante. A burguesia encontrara nas mudanças culturais e econômicas a afirmação e esteio para suplantar o pensamento medieval e inaugurar uma nova fase baseada em inéditos códigos e procedimentos que aquela era estabeleceu.

O livro de Maquiavel está diretamente relacionado a esta cultura de letramento, de ilustração, com exigências que pressupõem a alfabetização e valores absorvidos pelo repertório cultural a que estamos expostos, premissas intrínsecas à condição social em que o indivíduo está inserido. A organização e corpus do Estado tem como axioma que seu organismo constituinte esteja de acordo com sua diretriz e forma, que remete, entre outras condições, a uma cultura escrita já dominada. Assim, a sociedade foi forçada a se instrumentalizar, a se controlar, foi reprimida direta ou indiretamente para que todos se adequassem (CHARTIER, 1988).

Chartier destaca ainda que a cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Assim, sempre esteve ligada à censura e à interdição dos textos considerados subversivos para as autoridades religiosas ou políticas. Ainda que cada leitor produza uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe, essa interpretação está diretamente relacionada a sua constituição sociocultural, ao meio em que ele vive, produz e ressignifica sentidos, reforçando a afirmação de Michel de Certeau de que: “o consumo cultural é, ele mesmo, uma produção - uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção” (CERTEAU, 1980: 37).

Com esse contexto em mente, entendemos que o livro, as características inerentes a cultura livresca e a imprensa, formam o conjunto doutrinário e hegemônico que ajudou na estruturação, reprodução e manutenção daquele *status quo*; pois foi justo a inauguração da imprensa, com o advento de uma nova fase e técnica, que fez com que a relação das pessoas com seu tempo-espaço fossem afetadas. As normas observadas por Maquiavel em seu grande manual a Lourenço II de Médici, a quem fora dedicado o seu livro, fazia, pois, uma leitura deste cenário e identificava quais eram os meios necessários para que através da figura de um governante fosse possível controlar todo o aparelho repressor e burocrático daquele organismo social. Só houve a possibilidade de realização do Príncipe de Maquiavel porque existiu toda a ordenação sistêmica que o sustentou.

O *Príncipe Eletrônico* de Octávio Ianni

Seguindo em nossas proposições, adentramos a seara televisiva com a asserção de McLuhan (1964) de que a televisão promoveu outra forma de consciência. A leitura como forma de participação e experiência no mundo é uma cultura altamente especializada e objetiva: a pessoa letrada tem grandes possibilidades de realizar uma leitura crítica e tirar resoluções próprias da informação adquirida, ainda que com limitações. Já com a televisão não verificamos de forma tão simples essa possibilidade, em função da forma subjetiva como a TV passa seu conteúdo: trata-se de uma linguagem envolvente e cativante (BOFF, 2013).

O Professor Octávio Ianni (1926-2004), importante sociólogo brasileiro, a partir das proposições de Nicolau Maquiavel, fez a formulação do *Príncipe Eletrônico*. Revisitando a obra e conceito já mencionados, Ianni teorizou sobre o que ele acreditava ser a nova forma manifesta de exercício da hegemonia à época.

Para alcançarmos as proposições de Ianni, precisamos ter em conta o novo contexto em que o mundo se encontrava: sob o fenômeno da globalização e dos meios de comunicação eletrônicos com grande influência. Assim, ele rememorou a obra de Maquiavel a fim de atualizar os conceitos e deixá-los adequados à realidade do final do século XX.

Os grandes grupos econômicos e corporativos entram no ambiente midiático tomando conta de uma fatia representativa da comunicação, explanando ideias e conceitos e se fazendo ouvir. Influenciando não somente os indivíduos, mas também o cenário político, o príncipe eletrônico expressa principalmente a visão do mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes, em escala nacional, regional e mundial, habitualmente articulados (IANNI, 2003 apud MAIA, 2016: 50)

Ianni afirmou que a hegemonia, nesse contexto, era sustentada por dois pilares – a globalização, por meio do capital transnacional, e as mídias eletrônicas, com ênfase na televisão. Por isso, o *Príncipe Eletrônico* não era homogêneo nem monolítico. Ele era sensível ao jogo hegemônico corrente e, por isso, expressava a visão de mundo prevalecente do *status quo* articulado para além das barreiras nacionais (IANNI, 2003).

Um outro aspecto muito importante a ser sublinhado é o fato da grande corporação da mídia ter conseguido metamorfosear de maneira tão efetiva

“mercadoria em ideologia, consumismo em cidadania” (IANNI, 2003: 22). Uma combinação de produção e reprodução que consolidou de forma muito exitosa o padrão estipulado pelas corporações financeiras, contribuindo, decisivamente, na construção de opiniões, crenças e valores amplamente disseminados em nossa sociedade.

O predomínio dos papéis e do poder da televisão pode ser observado desde a sua emergência, na era da comunicação global, como um participante ativo nos eventos que ela empenhadamente ‘cobre’. A televisão não pode mais ser considerada (se alguma vez o foi) como mera observadora e repórter de eventos. Está intrinsecamente encadeada com estes eventos e tem se tornado claramente parte integral da realidade que noticia [...] As relações da imprensa, rádio e televisão com o sistema político são governadas, em cada país, pela natureza do sistema político e das normas que caracterizam a sua cultura política. A estrutura sociopolítica e econômica das diferentes sociedades também determina a estrutura interna de seu sistema de mídia, os métodos de financiamento deste e, conseqüentemente, das relações interssistêmicas das diferentes organizações da mídia (IANNI, 2003: 16).

No espaço circundante da “democracia eletrônica” (IANNI, 2003: 18), as fronteiras entre o público e o privado foram dissolvidas: a cultura, o cidadão, o mercado e o consumidor se fundiram. As estruturas organizacionais de poder foram fiados na audiência televisiva, que deu – e ainda dá – o tom e o mote das grandes discussões pelo Brasil e o mundo. A política, os debates, planos de governos e a estética de partidos, passaram a considerar os recursos técnicos e toda a dramaticidade que a televisão proporcionou a fim de espetacularizar o discurso e arrebatou a maior quantidade de mentes e corações.

O televisor passou a ocupar o espaço central da sala em diversos lares pelo planeta; tornou-se protagonista na dinâmica familiar influenciando diretamente o modo de convívio, linguagem, comportamento, economia e política. Segundo McLuhan, (apud BOFF, 2013) os meios são “extensões” dos homens – de seus sentidos, mentes e corpos. Os meios eletrônicos impregnaram nosso cotidiano e capilarizaram seus derivados efeitos sobre os indivíduos e a sociedade. A TV promoveu a construção da consciência voltada para o eu, sem necessidade de diálogo e interações externas.

Professor Ianni ainda nos alertou sobre o risco de considerarmos fantasiosa a proposição sobre o impacto da TV em nosso cotidiano: não

podemos esquecer que os grandes conglomerados que possuem os direitos de transmissão, que realizam e produzem os programas a serem exibidos ou mesmo que financiam os canais através de anúncios publicitários; fazem todos parte um grande capital apátrida, que irrompeu com as tradicionais fronteiras em busca da maximização dos lucros e da circulação ideológica internacional neoliberal, tornando-se a força preponderante dessa nova forma manifesta de hegemonia (IANNI, 2003). Como bem diagnosticado por Pierre Dardot e Christian Laval (apud ANDRADE; OTA, 2015), a TV colaborou com a disseminação da lógica gerencial - que saiu do ambiente empresarial e passou a ocupar todas as relações sociais, familiares e afetivas - fosse por meio de exemplos e/ou tipificações, o que antes era urgente apenas para quem exercia atividades econômicas passou a ser importante para todos os que participavam coletivamente daquela lógica.

Aqui recorremos ao importante geógrafo e professor brasileiro Milton Santos (1926-2001) e seu conceito do meio técnico-científico e informacional. O professor nos apontou em seus estudos que graças à união entre técnica e ciência, guiadas pelo funcionamento do mercado, foi possível expandir e consolidar o processo de globalização. Pois, além de serem técnicos, os objetos também carregam em si a informação e trabalham a partir dela, o que justifica o nome do atual período de transformação do meio geográfico. Podemos, então, dizer que o processo de globalização só se manifesta em seu atual estágio graças aos avanços propiciados pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008).

À vista disso, entendemos como as guerras mundiais, o nazifascismo, o crescimento dos trustes e cartéis, a formação de corporações transnacionais e os desenvolvimentos das tecnologias da mídia modificaram as condições e as possibilidades da comunicação, informação, entretenimento e cultura de indivíduos e coletividades, povos e multidões, por todo o mundo. A indústria cultural se transfigurou e cresceu de maneira vertiginosa, influenciando consideravelmente nossa formação e processo de informação (SANTOS, 2008).

O Príncipe Eletrônico, sustentado por todo esse grande aparato, foi uma nova e inédita figura à época, que conviveu com todas as outras, no presente e passado. Um dos grandes segredos deste novo contorno hegemônico foi o fato de atuar diretamente no âmbito virtual: ele foi a base para que cotidianamente fosse possível desenvolver a virtualização através não só da mobilização da mídia, mas das tecnologias e novas linguagens inseridas em nosso contexto social econômico e cultural.

[...] pouco a pouco, muitos são levados a crer que essa pode ser a criatura indispensável para fazer face à fortuna, às condições político-econômicas e socioculturais

responsáveis pela questão social, pelas carências do povo, pelas reivindicações de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais (MAIA, 2016: 54).

O Príncipe Digital de Maíra Maia

Munidos das informações anteriormente passadas, avançamos com a perspectiva de que houve um crescimento exponencial das tecnologias de comunicação em massa, datadas também do século XX, e que o advento da globalização trouxe consigo novas dinâmicas comunicacionais que irromperam com nossa lógica de tempo, espaço e fronteiras – com a transformação da escrita em código binário, ampliando a possibilidade de registro, manifestação e memória: a cultura digital. Ela nos permitiu automatizar a produção da cultura, de modo a registrar ações em dispositivos e computadores, criando uma memorização virtualmente infinita, novas formas de informação e uma inédita fase chamada de cibercultura (LEVY, 2010).

O ciberespaço, na atualidade, seria o ambiente onde as ideias correntes e contra-hegemônicas encontram instrumentos de divulgação e penetração na sociedade civil para exercer a sua luta. A sua importância estaria na ruptura da unidirecionalidade da comunicação, a pluralidade e diversidade de informações e pontos de vistas que a *Web* oferece; a nova possibilidade, entre outras, do público ter interatividade, direta ou indiretamente, com o que está recebendo.

Maíra Maia, doutora pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, propôs em seus estudos, publicados em 2016, avançar com a proposição do Professor Octávio Ianni: Maia explica que o *Príncipe Digital* seria uma nova forma manifesta de hegemonia, uma composição de forças sociais capaz de dar coesão a esta nova entidade.

Cada período histórico é marcado por necessidades e características sociais específicas. Essas características vêm da estrutura da sociedade, dos tipos de relações existentes, modo de vida, da organização econômica, política e dos tipos de comunicação entre as pessoas. A cada nova quebra sócio-temporal essas estruturas se alteram. Mudam também os modos de poder, formas de influências, modelo de lideranças e padrões de relações entre as pessoas (BRAUDEL, 2007). Por isso, em cada tempo existiu o seu forçoso tipo de Príncipe, que ansiava pelo poder e controle do povo através de uma forma específica de hegemonia.

É preciso, mais uma vez, darmos contexto para que possamos fundamentar nossa proposição, por isso recorreremos a Maíra Maia:

O que está acontecendo agora, o que podemos chamar de crise da democracia, é o colapso da confiança. A crença

de que os líderes não só são corruptos ou estúpidos, mas também incapazes [...] Essa crise teria sido alcançada por anos e anos de promessas não cumpridas. Assim, a população passou a desacreditar em líderes, partidos e em toda a estrutura de política existente há muitos anos, em todos os países ditos democráticos. Já em relação à segunda afirmativa, ela é resultado da própria estrutura de rede, que favorece a conexão com muitos atores sociais ao mesmo tempo. É possível adicionar e deletar amigos, e controlar as pessoas com quem você se relaciona. [...] Com essa facilidade, não é mais necessário conviver com quem discorda de suas opiniões, aceitar ideias diferentes às suas, ou manter relações com pessoas com pensamento ou estilos de vida diferente. Está ali, à disposição, um universo de possibilidades de relacionamentos (MAIA, 2016: 476).

Assim, entendemos que essa nova força, composta por diversos agentes, tanto quanto o *Príncipe Eletrônico*, também não possui face ou características poucas. Trata-se de uma trama complexa, com os mesmos interesses dos *Príncipes* anteriores: a reprodução e manutenção do *status quo* - ainda que com outras técnicas e meios, percebemos os mesmos contornos.

Com o crescimento da internet, os líderes de opinião, que antes tinham contato somente físico com seus grupos, passaram a coexistir no ambiente digital, por meio das redes sociais, portais, sites, grupos de e-mail ou outra ferramenta da *Web*. Assim, quem antes recebia a informação de um meio de comunicação de massa, e apenas a interpretava para o seu grupo, passou a desempenhar também papel de mídia, quando passou a produzir publicações, informações, criou vídeos, comentou notícias, entre outros. Podemos dizer que a computação social aumentou as possibilidades da inteligência coletiva (MAIA, 2016: 271), alastrando a maneira como esses líderes se manifestam e interagem, bem como influenciam e direcionam os seus participantes do meio e seguidores.

Existe uma formulação, que consideramos ser de grande valia, para entendermos este cenário que é o conceito de intelectual orgânico - Gramsci assim explicou:

Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como

também no social e político: o empresário capitalista gera junto consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc... (GRAMSCI, 2003:53)

Tratam-se de pessoas vinculadas à superestrutura de um processo complexo, ligadas à sua classe e atuando como seu porta-voz, com identificação representativa desse estrato. Não se tratam necessariamente de intelectuais, mas técnicos, entre trabalhadores comuns que reproduzem com afincamento o padrão do *status quo*, ainda que, por lógica, estejam atuando diretamente contra si próprios (GRAMSCI, 2000).

O mundo virtual transformou nossa maneira de ser e estar no mundo. A maneira como nos relacionamos, interagimos, falamos. As tecnologias digitais redesenharam nosso cotidiano, que cada vez mais é precedido pelos algoritmos. Da mesma maneira, práticas e fronteiras foram dissolvidas. Formas de governo, regimes políticos, culturas e identidades passaram a ser entendidas, também, a partir de uma estética digital.

Protesta-se contra o frenesi do ritmo de trabalho, mas não se suporta a espera no caixa do supermercado ou a lentidão do computador. Gosta-se de caminhar ou andar de bicicleta, mas quem está disposto a renunciar ao avião para descobrir o mundo? Quem quer renunciar à imediatez dos e-mails? Como nos falta cada vez mais tempo, há necessidade de ganhar tempo e ir mais depressa [...] (LIPOVETSKY. G. & SERROY, 2015:253)

A nossa concepção e consciência de dados já não pode mais ser dissociada do nosso entendimento de cultura. Inclusive, saber ler estes dados é ter posição privilegiada em nossa sociedade, pois ele nos apresenta de forma muito específica padrões e comportamentos.

A relação de produção e absorção do conhecimento também foi fundamentalmente alterada pela nossa forma de comunicação em rede: somos todos produtores e receptores de informação e conhecimento. Houve uma ruptura severa com o clássico modelo emissor-transmissor-receptor. Novas formas e possibilidades de leitura foram introduzidas em nosso cotidiano. Sobretudo a perspectiva da interatividade - somos e estamos, de diferentes formas, em variados lugares.

A transcodificação cultural e o banco de dados de Lev Manovich

Neste ponto recorreremos às importantes ponderações feitas pelo professor, crítico e pesquisador russo Lev Manovich – fundador de um laboratório de análise cultural, na Universidade de San Diego (EUA).

Ele estabeleceu uma relação conceitual entre as ferramentas tecnológicas e nosso cotidiano cultural, criando um método de análise estrutural das novas mídias que passou a levar em consideração o contexto, a historicidade dos aparatos tecnológicos e a estética digital. Essa leitura vai além da simples descrição, sintoma que afeta muitos textos sobre as novas mídias, ela procura perceber um certo espírito do tempo, além de evitar circunscrições temáticas.

Manovich indicou a transformação dos códigos da cultura e das mídias por efeito dos códigos computacionais. O *software*, quando em combinação com as práticas sociais e culturais, modificaram a lógica cultural dos *media* influenciando-se mutuamente. A esse processo chamamos de Transcodificação Cultural.

Os *softwares* se apresentam como ferramenta de coleta e formatação dados com um potencial de conteúdo muito significativo. O algoritmo aqui não é visto apenas como resultado de uma equação matemática, mas como um conjunto de hábitos sistematizados. Dessa maneira, podemos interpretar determinados modos de fazer, processos e estratégias, a partir do que aquela linguagem nos apresenta. Nas palavras de Shäfe e van És:

The singular focus on code as a form of knowledge that is required when working with data distracts from considering what is actually coded. The ‘content’ of software is not code per se but rather a procedure expressed in code; and knowledge about these procedures is what needs to be developed (SHÄFER e VAN ÉS, 2017: 58).

Esta é uma das sustentações teóricas pela qual queremos aqui interpretar o resultado algorítmico. O grande conjunto de dados é mais uma possibilidade de repensar as postulações e estimativas sobre o que é sociedade e como estudá-la, e da mesma forma o que é cultura.

O Big Data - este grande conjunto informacional que constantemente é aprimorado e que tem para si desenvolvidos inéditos sistemas de armazenamento, tratamento de dados na busca de medições e predições do comportamento humano em rede - é frequentemente utilizado pelo mercado, corporações e

grupos políticos como meio de obter informações cruciais para manipulação do meio, virtual ou concreto.

Precisamos, então, interpretar esse conjunto de informações algorítmicas com as perguntas corretas: não podemos apenas visualizar a informação sem atribuir algum tipo de significado ao que enxergamos. Trata-se de uma fonte. Portanto, é preciso depurá-la; averiguar de diversas perspectivas o que ela pode apresentar. É necessário também, considerar que a ferramenta de leitura destes dados é um intermediador dessa informação e, conseqüentemente, levar em conta para que a ferramenta foi projetada e quem a projetou. Assim, mantemos em vista pressupostos intencionais importantes na leitura imagética desses dados propiciados pelo software. Esse olhar crítico viabiliza a conexão entre a informação e a experiência, sendo fundamental a habilidade e especialidade do pesquisador para identificar e conferir confiabilidade na construção de sentido (SHÄFER e VAN ÉS, 2017).

Neste contexto, em tempos que mídias sociais tornaram-se fonte recorrente de busca de formação e informação, os algoritmos ganharam contorno de poderosa arma estratégica no controle e influência do constructo social. Segundo o professor de ciência da informação da Universidade de Michigan, Christian Sandvig, “o algoritmo e o usuário coproduzem o feed” (CANALTECH, 2016). Ele ainda explica que “o computador te observa e aprende com o que você clica. Ao mesmo tempo, você decide como responder ao que ele mostra a você”. Ou seja, depois de ter detectado seu comportamento em rede, o algoritmo privilegia o aparecimento de conteúdo relevante de acordo com seu perfil, deixando em segundo plano o que é considerado desinteressante, manipulando diretamente a disposição imagética e de conteúdo que é acessado em rede (Idem, Ibidem).

Aqui nos debruçamos sobre outra importante ponderação de Lev Manovich: o conceito de Banco de Dados como um novo paradigma, uma nova forma de estruturar nossas experiências no mundo. Nas palavras dele:

Depois da chegada da Web (Tim Berners-Lee), o mundo nos aparece como uma infinita e desestruturada coleção de imagens, textos e outros arquivos de dados, é apropriado que sejamos movidos a modelá-lo como um banco de dados. Mas também é apropriado que queiramos desenvolver uma poética, uma estética e uma ética do banco de dados (MANOVICH, 2015a: 15).

Podemos interpretar a maioria das páginas na Web como coleções de elementos separados – textos, imagens, links para outras páginas ou sites. Ou seja, dados como blocos informacionais independentes possíveis de serem

relacionados, mas não com a obrigatoriedade de um encadeamento para que possamos compreender.

Manovich assevera que a *Web* tem uma lógica antinarrativa, já que os elementos que são adicionados ao longo do tempo em um determinado ambiente não formam uma história, não tem a relação temporal e espacial para que resulte em uma conexão lógica. É uma nova forma de manifestação cultural, de entendimento dos acontecimentos e de suas possíveis relações. A definição sobre este embate, nas palavras dele:

Como forma cultural, o banco de dados representa o mundo como uma lista de itens e recusa-se a ordenar essa lista. Em contraste, uma narrativa cria uma trajetória de causa e efeito de itens (eventos) aparentemente desordenados. Portanto, banco de dados e narrativa são inimigos naturais. Competindo pelo mesmo território da cultura humana, cada um clama direito exclusivo de encontrar sentido no mundo. (MANOVICH 2015a: 13).

Neste novo contexto, a narrativa tem seu conceito redefinido. O usuário atravessa um banco de dados e segue links em seus registros, conforme estabelecido pelo criador do banco de dados. Uma narrativa interativa que pode, também, em analogia ao hipertexto, ser chamada de hipernarrativa (MANOVICH 2015b: 23).

A leitura desorientada de dados, práticas entusiasmadas em resultados precisos e objetivos, podem gerar resultados muito problemáticos. A aceitação não crítica de resultados calculados por computador pode gerar uma passividade moral e intelectual, retardando uma postura argumentativa diante das imagens. É preciso posicionar seu papel e impacto social no processo epistêmico.

Cada um desses estágios da mecanização da expressão humana comparou-se, no seu âmbito, à revolução deflagrada pela própria mecanização da escrita. As mudanças nos processos de associação humana, social e política foram encaixadas rio tempo e portanto ocultas dos observadores eventuais (MCLUHAN, 1978: 150).

Podemos inferir, portanto, que o banco de dados é dotado de linguagem própria e caracterizado como um meio legítimo de expressão. A lógica da representação, no entanto, não é mais a da função-signo, mas uma lógica que pode ser verificada em diversos objetos. Assim, a base de dados pode ser encarada como um novo campo de tensão e disputa, já que o produto que pode dela ser extraído vem carregado de intencionalidade das corporações

que o produzem e, em última instância, como uma forma de sustentação da hegemonia corrente.

Conclusão

Se existe algum truísmo na história da comunicação humana é o de que qualquer inovação nos meios externos de comunicação trazem no seu rastro choque sobre choque de mudança social (MCLUHAN, 1990).

Entendemos, assim, que os *Príncipes* sobre os quais aqui nos debruçamos valeram-se de seus suportes comunicacionais para difundir e internalizar valores, procedimentos, hábitos e códigos, como verificamos no *Príncipe* livresco de Maquiavel, no *Príncipe Eletrônico* de Octávio Ianni e no *Digital* de Maíra Maia. Identificamos esse processo como um constructo sócio-histórico, diretamente relacionado ao seu tempo-espaço, onde a ação do homem tem significado e produz sentido, sobretudo, para dominar e submeter a classe subalterna.

Refletindo a partir dessa proposição, depreendemos que se faz urgente e necessário saber reconhecer os meandros de dominação e manipulação utilizados pelas grandes corporações associadas ao capital transnacional, que há muito vem interferindo e atuando em nossa sociedade. Gramsci, apresenta-nos essa concepção quando expõe acerca da necessidade de subversão do senso comum – que ele descreve vir carregado de equívocos e esforço de manutenção do *status quo* – como base da construção de uma visão de mundo que não seja subordinada aos interesses mercadológicos e nem de uma determinada classe social que ideologicamente serve para a escoramento de uma minoria abastada na ponta socioeconômica de nosso corpo organizacional.

Toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação (GRAMSCI, 2000: 56).

Concluimos, deste modo, que é indispensável uma leitura mais crítica do cenário que participamos, com um distanciamento seguro do entusiasmo que a velocidade das transformações e os avanços tecnológicos possam sugerir. Precisamos colaborar com uma perspectiva arguidora, de resistência e ampliação da participação política popular. Não podemos encerrar em fins monetários ou para poucos uma nova linguagem que propicie uma interação com o mundo e suas proposições. Faz-se necessário garantir ao usuário desse mundo digital

que atue no ciberespaço com consciência ativa do que recebe e o que produz de informações, de como sua interação e manifestação de mundo é encarada social e mercadologicamente. Subverter a ordem hegemônica que controla o mundo começa por essa construção consciente de um novo posicionamento sociocultural, que nos tempos de hoje, perpassa, obrigatoriamente, pelo mundo virtual.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Daniel P.; OTA, Nilton K. Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. In. **Tempo Social**. vol. 27 n. 1 São Paulo Jan./Jun 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0702015000100275. Acesso em 03 jan. 2019.

BOFF, Felipe. **Entrevista com Marshall McLuhan**. Legendado. (1977). Publicado em 01 jun. 2013. 43 min 46 s, Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fvRMpS-aGLE>. Acesso em 10 jan. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História**. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 41-78.

CANALTECH. **Algoritmos de redes sociais formam “bolha política” em torno dos usuários**. 29 mar. 2016. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/algoritmos-de-redes-sociais-formam-bolha-politica-em-tornodos-usuarios-60755/>. Acesso em 28 abr. 2019.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: a invenção do cotidiano**. Vol. 1: Artes de Fazer. São Paulo: Vozes, 1980.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o sabá**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror**. Quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo. Edunesp, 2011.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3 Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. O Príncipe Eletrônico. Perspectivas. São Paulo, n. 22, 1999, p. 11-29. In: **Revista Eletrônica de Ciências**. N. 20, jul. 2003. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/issue/archive> > Acesso em 15 jul. 2018.

L'APICCIRELLA, Carlos Fernando. **Segurança Pública**. Revista Eletrônica de Ciência, n. 20, julho 2003. Disponível em: <http://cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_20/seguranca.html>. Acesso em: 22 Nov. 2017.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIPOVETSKY, G. & SERROY, J. A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MAIA, Maíra Carneiro Bittencourt. **O príncipe digital: estruturas de poder, liderança e hegemonia nas redes sociais**. Curitiba: Editora Appris, 2016.

MANIERI, Dagmar. “O conceito de Virtú em Maquiavel”. **Revista Crítica História**. Ano VI, nº 11, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/237/Fluxo%20cont%C3%ADnuo%201200%20conceito%20de%20virt%C3%B9%20em%20Maquiavel.pdf>> Acesso em 18 out. 2018.

MANOVICH, Lev. O Banco de Dados. In **Revista Eco Pós**. V. 18. 18-42. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2366/2024> Acesso em 18 out. 2018>

_____. Computação Social, Humanidades Digitais e Analítica Cultural. In: **Matrizes**. Revistas USP. V. 9. N. 2. 2015b. Disponível em : <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/111716> >

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Edição: Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&c_o_obra=24134>. Acesso em 18 out.2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

McLUHAN, Marshall. “Visão, Som e Fúria”. In: **Teoria da Cultura de Massa**, comentário e seleção de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 – p.141-154.

_____. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo, Editora Cultrix, 1964.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. São Paulo: Ática, 1992.

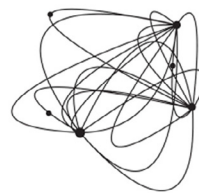
MOTA, Ronaldo. Marshall McLuhan: o meio era mesmo a mensagem. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/01/marshall-mcluhan-o-meio-era-mesmo-a-mensagem-9609613.html>> Acesso em 09 jan. 2019.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo:** Globalização e meio técnico-científico- informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHÄFER, Mirko Tobias., Van ES, Karin. - **The Datafied Society:** Studying Culture through Data. Amsterdam University Press, 2017. Disponível em: <<http://en.aup.nl/books/9789462981362-the-datafied-society.html>>. Acesso em 20 set.2017.

autores

Renata Lípia Lima | renata.lipia.lima@usp.br
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da
Comunicação da Universidade de São Paulo – USP.



semeiosis